

29-3-1871.

Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro Alfredo.

Não devemos deixar- sem resposta o fogo que o Spectator (1) e outros vão fazendo contra a viagem que projetam S.S.M.M. Como V.Exa. e o Sr. Cons^o Corrêa² teem algumas pennas de que podem dispor, rogo-lhes que sem perda de tempo façam responder nas Publicações a pedido.

O art^o de hoje tem uma parte política: a esterilidade dos conservadores e a necessidade de dissolver-se a Câmara para subirem os liberais! Parece-me parte do grande diplomata boliviano. §

Os progressistas e liberais governaram seis anos, e durante êles deram-nos a guerra do Paraguai com suas conseqüências necessárias e não necessárias. Foram estereis na iniciativa de reformas; e mais estereis em atos legislativos. Os conservadores estão no poder, há menos de 3 anos; terminaram a guerra, restauraram as finanças, fizeram passar medidas legislativas úteis, iniciaram outras de grande importância e reclamadas pelo país. Logo, êstes devem ceder o poder aquêles!

E a saúde de SS.MM., o grande interêsse que colherá o país da viagem do Imperador à Europa, tudo isso ~~deve ser~~ posto de parte, porque certo diplomata tráfego está ansioso por luzir no Ministério!

Seria bom que o Sr. Araripe⁽⁵⁾ se encarregasse de responder a êsses artigos, ou fosse um dos defensores, tomando êle o negócio pelo lado mais sério. Peço-lhe que atenda a isso com urgência.

De V. Exa.

Afetuosamente amigo e ob^o servo
V. do Rio Branco

Em 29 de março de 1871.

Arq. do Cons^o João Alfredo.

Lopes et R.

- 1) - Pseudônimo que não conseguimos identificar, antes do artigo intitulado "A Viagem do Imperador e o Governo Pessoal", publicado nos A Pedido do Jornal do Comércio, de 29/3/1871. Começaram muito cedo, como se vê, as críticas formuladas contra a viagem do Imperador à Europa, cujo pedido de licença para ausentar-se do país só foi apresentado à Câmara na sessão de 5-5-1871.
- 2) - Manoel Francisco Correia, do Paraná (1831-1905), diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1854; presidente de Província; deputado geral de 1869 a 1877, ano em que entrou para o Senado; Ministro de Estrangeiros do Gabinete Rio Branco, desde 7-3-1871 a 28-1-1873. Foi Conselheiro de Estado, presidente do Tribunal de Contas, na República; e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 3) - Refere-se a Francisco Lopes Neto, de Pernambuco, (1814-1895), doutorado na Universidade de Piza, e barão de Lopes Neto. Foi deputado geral e Ministro Plenipotenciário em diversas paí - ses. Na qualidade de enviado especial, assinou com a Bolívia o Tratado de 27-3-1864, considerado dos menos vantajosos para o Brasil, posteriormente denunciado, que deu origem a questão do Acre, arrastando-nos inclusive aos perigos de uma guerra. Daí o apelido de diplomata boliviano. Teve o título de Conselheiro e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 4) - Refere-se, ainda, a Lopes Neto.
- 5) - Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1821-1908), cearense, diplomado pelo Curso Jurídico de Olinda, em 1835, foi presidente de Província; deputado geral, e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que na República passou a denominar-se Supremo Tribunal Federal, e Ministro da Justiça ^{depois} do Interior, do Governo Marechal Deodoro. Teve o título de Conselheiro e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro Alfredo.

Não devemos deixar- sem resposta o fogo que o Spectator⁽¹⁾ e outros vão fazendo contra a viagem que projetam S.S.M.M. Como V.Exa. e o Sr. Cons^o Corrêa⁽²⁾ tem algumas pennas de que podem dispor, rogo-lhes que sem perda de tempo façam responder nas Publicações a pedido.

O art^o de hoje tem uma parte política: a esterilidade dos conservadores e a necessidade de dissolver-se a Câmara para subirem os liberais! Parece-me parte do grande diplomata boliviano.⁽³⁾

Os progressistas e liberais governaram seis anos, e durante êles deram-nos a guerra do Paraguai com suas conseqüências necessárias e não necessárias. Foram estereis na iniciativa de reformas, e mais estereis em atos legislativos. Os conservadores estão no poder, há menos de 3 anos; terminaram a guerra, restauraram as finanças, fizeram passar medidas legislativas úteis, iniciaram outras de grande importância e reclamadas pelo país. Logo, êstes devem ceder o poder aquêles!

E a saúde de SS.MM., o grande interêsse que colherá o país da viagem do Imperador à Europa, tudo isso disse ~~ser~~ posto de parte, porque certo diplomata trêfego⁽⁴⁾ está ancioso por luzir no Ministério!

Seria bom que o Sr. Araripe⁽⁵⁾ se encarregasse de responder a êsses artigos, ou fosse um dos defensores, tomando êle o negócio pelo lado mais sério. Peço-lhe que atenda a isso com urgência.

De V. Exa.
Afetuoso amigo e ob^e servo
V. do Rio Branco

Em 29 de março de 1871.

Arq. do Cons^o João Alfredo.

- 1) - Pseudônimo que não conseguimos identificar, antes do artigo intitulado "A Viagem do Imperador e o Governo Pessoal", publicado nos A Pedido do Jornal do Comércio, de 29/3/1871. Começaram muito cedo, como se vê, as críticas formuladas contra a viagem do Imperador à Europa, cujo pedido de licença para ausentar-se do país só foi apresentado à Câmara na sessão de 5-5-1871.
- 2) - Manoel Francisco Correia, do Paraná (1831-1905), diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1854; presidente de Província; deputado geral de 1869 a 1877, ano em que entrou para o Senado; Ministro de Estrangeiros do Gabinete Rio Branco, desde 7-3-1871 a 28-1-1873. Foi Conselheiro de Estado, presidente do Tribunal de Contas, na República; e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 3) - ^{Elipio} Refere-se a Francisco Lopes Neto, de Pernambuco, (1814-1895), doutorado na Universidade de Piza, e barão de Lopes Neto. Foi deputado geral e Ministro Plenipotenciário em diversas paí - ses. Na qualidade de enviado especial, assinou com a Bolívia o Tratado de 27-3-1864, considerado dos menos vantajosos para o Brasil, posteriormente denunciado, que deu origem a questão do Acre, arrastando-nos inclusive aos perigos de uma guerra. Daí o apelido de diplomata boliviano. Teve o título de Conselho e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 4) - Refere-se, ainda, a Lopes Neto.
- 5) - Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1821-1908), cearense, diplomado pelo Curso Jurídico de Olinda, em 1835, foi presidente de Província; deputado geral, e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que na República passou a denominar-se Supremo Tribunal Federal, e Ministro da Justiça ^{depois} e do Interior, do Governo Marechal Deodoro. Teve o título de Conselho e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



me Amigo e o Cons.º Alfredo.

Não devemos deixar sem resposta o
 foyz que o Spectator e outros não
 fazendo esvair a viagem
 que projectas S. S. M. M. Cons.
 J. A. e o Sr. Loui.º Corrêa têm
 algumas pennas se que podem dispor,
 rogo - lhes que sem perda de tempo
 façam responder - nas Publicações
 a pedido de

O acto de hoje tem uma porta
 politica: a esterilidade das consui-
 dadas e a necessidade de substituir
 a a Camara pora subirem os
 liberais! Porcu - um posto
 do grande diplomata boliviano

Os progressistas e liberais governarão
seis annos, e durante elles deram-
nos a guerra do Paraguay com
suas consequências memoráveis
e suas memorias e Foras eternas
na iniciativa de reformas, e mais
interis em actos legislativos. Os
conservadores estão no poder, ho-
mem de 3 annos; terminará
guerra, restaurará as finanças,
fizerão passar mudidas legis-
lações uteis, iniciará outras
de grande importancia e re-
mudas pelo país. Logo, estes
devem ceder o poder áquelles!

E a saide de S. S. M. M.





o grande interesse que colhe
o país da viagem do Imperador
a Europa, tudo isso deve ser
posto em parte, porque este
diplomata Treppo está ansioso
por lunir no Ministerio!

Teria bom que o Flavio
se encarregasse de responder a estes
artigos, ou fosse um dos superiores,
tomando elle o negocio pelo lado mais
sério.

Responda-me que
atenda a isso com urgência.

seu
Em 29 de julho Affectuoso amigo e ob. serv.
de 1871.

N. de S. Brancos.